

A nova social-democracia

ASPASIA CAMARGO *

Na véspera de mais uma eleição, é oportuno fazer uma rápida comparação com o pleito de 1989, para constatar que não ocorreu desta vez a polarização radical e insolúvel que se verificou entre Collor e Lula. Isto porque eliminamos um dos extremos que se dividiam, naquela época, entre o neoliberalismo caboclo de Collor e o reformismo libertário de Lula. Fazendo um breve réquiem do neoliberalismo, é oportuno enfatizar as tonalidades primitivas que ele assumiu entre nós, sintetizadas em um grotesco "patrimonialismo eletrônico" alagoano que, graças a Deus, desabou junto com PC Farias. Era o Nordeste atrasado em sintonia com uma pseudo-economia de mercado, com os paraísos fiscais e com a globalização. Esta mistura singular não conseguiu esconder o seu caráter intervencionista, fisiologista e centralista que atribuía ao Estado, como vem ocorrendo na Rússia, o papel condutor na formação de uma nova oligarquia, pública e privada, ligada a um projeto de hegemonia imperial. No campo oposto, o "reformismo lulista" tinha também um conteúdo ambíguo, estimulando a organização da sociedade e tentando libertar o Estado do fisiologismo das velhas elites, mas permanecendo também prisioneiro do corporativismo social e estatal. Naquela época, iniciou-se o descenso do populismo getulista de Brizola, que se extinguiu no apagar da Era Vargas, junto com as instituições já obsoletas que haviam sido inventadas pelos colaboradores do grande líder. Finalmente, estava ainda claudicante, tímido e inseguro, o reformismo pragmático do PSDB de Mário Covas, oscilando entre o "choque de capitalis-

mo" e o velho modelo desenvolvimentista, e que também não conseguiu vingar.

Hoje a situação é bem diferente. Lula e Fernando Henrique fugiram, afinal, à velha regra das disputas eleitorais fratricidas e seus seguidores não conseguiram reeditar nas ruas os carnavais e as guerras de blocos que fazem parte de nossa obsoleta (e agressiva) cultura eleitoral. Seria o gesto de ambos apenas uma questão de decência e compostura, que os candidatos em sua vida pública sempre tiveram, ou resultou de cumplicidade irreprimidas que o tempo e os compromissos partidários não conseguiram apagar? Provavelmente as duas coisas, e muito mais: as estruturas do Brasil moderno vão se delinear agora com tinturas mais claras e definitivas, em um pacto democrático entre oposição e governo, para realizar esta reengenharia institucional indispensável que viabilize as propostas já amadurecidas nos últimos cinco anos e a necessária rotatividade do poder. Evitaremos, assim, o risco de ver mais uma vez o país cindido, como ocorreu na era de Vargas, em torno de dois projetos antagônicos e em duas metades irreconciliáveis, com o fantasma da ditadura no meio.

Os parceiros deste novo projeto serão os intelectuais orgânicos da mudança, em diálogo com os diferentes segmentos da sociedade brasileira, tratando de responder de maneira consistente não apenas às suas necessidades e anseios, mas também aos graves e inadiáveis desafios que não podem ser identificados com um partido, um candidato, um programa. Como preparar o país para conduzir um processo de globalização que nos seja favorável? Em que direção orientar a economia para melhorar a produção, ampliar mercados, gerando empregos e reduzindo as desi-

gualdades sociais? Como proteger os mais vulneráveis garantindo-lhes equidade e justiça, nesta difícil etapa de profundas mudanças estruturais e tecnológicas no mundo inteiro? E, sobretudo, quem são os verdadeiros pobres deste país, esta força invisível que subsiste à margem das negociações, do orçamento obscuro, e que não tendo sindicatos, nem organização, nem porta-vozes, é politicamente muda? A socialdemocracia clássica, fartamente distribuidora de serviços sociais gratuitos, e organizada em cartórios e em legislações especiais e restritas, entrou em crise no mundo desenvolvido que a criou. O número de idosos cresce assustadoramente e os serviços médicos e as pensões são caros demais, indo muito além da capacidade fiscal de absorvê-los. Os empregos formais diminuem com a crise e a economia se terceiriza. Acabou o socialismo redistributivo estalinista e também o capitalismo massificador e sindical fordist. Estamos caminhando como vem anunciando Peter Drucker, para uma sociedade pós-capitalista e, quem sabe, pós-liberal: O liberalismo é o *rotorooter* da História, sempre encarregado de eliminar as excessivas regras que vão sendo criadas e que, quando caducam, acabam impedindo a economia e a sociedade, como ocorreu tantas vezes no passado, de se reestruturar, de respirar e crescer.

É um ritual ou uma "ideologia de passagem" que destrói barreiras e semeia o terreno para novos acordos, novas leis, que regulem as classes emergentes e que impeçam a sociedade, entregue a si mesma, de se autodestruir pelo instinto hobbesiano da violência. Estados fracos, disse recentemente o demógrafo Jean-Claude Chesnais, geram sempre sociedades violentas, como a americana de hoje, por exemplo. No

Brasil, o Estado acabou e a violência cresce. Quem está dentro dele, tanto como quem está fora, tem consciência disso. Do poder público hoje pouco resta além de uma carcaça inerte, um estorvo sem vida que sobrevive como resquício de velhas funções obsoletas. Se o presidente quiser governar, precisa reconstruí-lo com novas bases sociais, novos atores, novos projetos. Mas respostas a estas questões deverão ser buscadas em diversos lugares: nos centros formadores da opinião e do conhecimento, no Congresso Nacional, nas instituições nascentes capazes de produzir a síntese pragmática de uma "utopia de mudança" que deverá se concretizar através de múltiplos minipactos, convergindo para um pacto maior, mais descentralizado e flexível.

De fato, somos inúmeros os protagonistas desta extraordinária aventura de mudança que começou junto com a crise dos anos 80 e cujo ciclo de maturação encerra-se agora, no limiar de um novo período de governo. O projeto a ser finalizado tem ênfases e tonalidades diversas daquele que fomos capazes de construir no passado. Sob muitos aspectos teremos que virá-lo de cabeça para baixo, privilegiando o que foi relegado, como a educação de massas, a qualidade da produção e do trabalho junto com a tecnologia de ponta e a assistência direta à pobreza. Abandonar o isolacionismo como filosofia política é condição indispensável para que se rompam os nichos de privilégios, as hierarquias rígidas, a generalizada incompetência e ineficiência — principal fonte de nossos males. Melhor que um choque de capitalismo seria um "choque gerencial" de cunho pós-liberal.

* Socióloga, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)